

Ganância Imperial por Energia

Nicolás Maduro argumentou por muito tempo que o sofrimento da Venezuela e a luta palestina não eram tragédias separadas, mas manifestações do mesmo crime global: a dominação imperial impulsionada por uma fome insaciável por energia. Em discurso após discurso, Maduro denunciou o que descreveu como um destino compartilhado imposto pela agressão apoiada pelos EUA — um em que povos soberanos são despojados de autonomia, submetidos a bloqueios e punidos por possuírem recursos cobiçados pelas potências globais. A história agora vindicou seu alerta. A Venezuela e a Palestina se posicionam como vítimas paralelas da perseguição predatória dos Estados Unidos por combustíveis fósseis — petróleo, gás e controle de energia a qualquer custo.

Venezuela e Palestina: Uma Frente Anti-Imperialista Compartilhada

O alinhamento da Venezuela com a Palestina não foi teatro retórico ou oportunismo diplomático. Foi um pilar fundamental do chavismo, herdado de Hugo Chávez e sustentado sob Maduro. Desde que assumiu o cargo em 2013, Maduro consistentemente enquadrando a ocupação da Palestina como inseparável do cerco à própria Venezuela sob sanções e coerção. A Venezuela rompeu relações diplomáticas com Israel em 2009, entregou ajuda humanitária durante repetidas crises em Gaza e denunciou as ações israelenses como crimes habilitados pelo poder dos EUA.

Maduro descreveu repetidamente Gaza como um laboratório de punição coletiva — espelhado, argumentou ele, pela estrangulamento econômico imposto à Venezuela por meio de sanções dos EUA. Ele acusou Washington e seus aliados de possibilitarem “genocídio” em Gaza enquanto travavam “terrorismo econômico” contra Caracas. Em um discurso de 2024, ele declarou a luta palestina como “a causa mais sagrada da humanidade”, ligando-a explicitamente à resistência da Venezuela contra as tentativas dos EUA de tomar controle de sua riqueza petrolífera.

Esses alertas foram descartados por críticos como postura ideológica. No entanto, eventos subsequentes os tornaram assustadoramente prescientes. Maduro argumentou que nações ricas em recursos não são meramente pressionadas, mas alvo — por meio de sanções, conflitos por procuração e força direta — até que regimes complacentes sejam instalados. Na Palestina, ele apontou para o bloqueio israelense de Gaza como uma estratégia deliberada para negar aos palestinos o controle sobre seus próprios recursos naturais, incluindo o campo de gás Gaza Marine. Na Venezuela, a mesma lógica se aplicava ao petróleo. À medida que os combustíveis fósseis permanecem centrais no poder geopolítico, apesar da retórica de transição energética, o intervencionismo dos EUA se intensificou, transformando a análise de Maduro em realidade vivida.

Venezuela: Punida por Proteger Seu Petróleo

A vasta riqueza natural da Venezuela há muito a marcou para predação estrangeira. Com mais de 300 bilhões de barris de reservas comprovadas de petróleo — as maiores do mundo — concentradas em grande parte na Faixa do Orinoco, o país representa um prêmio valioso demais para ser ignorado por potências famintas por energia. Sob Maduro, a empresa estatal de petróleo PDVSA resistiu à dominação corporativa dos EUA, optando por parcerias com Rússia, China e Irã para desenvolver projetos como Carabobo e Junín.

A resposta foi guerra econômica. A partir de 2017, as sanções dos EUA sistematicamente aleijaram a economia da Venezuela, reduzindo a produção de petróleo de aproximadamente 2,5 milhões de barris por dia para menos de um milhão. Maduro consistentemente descreveu essas sanções não como ferramentas de promoção da democracia, mas como instrumentos de roubo — projetados para forçar a Venezuela à submissão e abrir seus campos petrolíferos ao controle dos EUA.

Esse objetivo se tornou explícito em 5 de janeiro de 2026, quando ataques militares dos EUA atingiram Caracas e Nicolás Maduro foi capturado. O presidente Trump justificou a operação como uma campanha contra “narco-terrorismo”, mas suas próprias palavras removeram qualquer pretensão. Falando em Mar-a-Lago, Trump anunciou: “Vamos administrar o país até o momento em que possamos fazer uma transição segura, adequada e judiciosa.” Ele enfatizou que a administração dos EUA na Venezuela “não nos custará um centavo”, porque as receitas de petróleo — “o dinheiro saindo do solo” — reembolsariam os esforços americanos.

Isso não foi uma anomalia. Seguiu um roteiro imperial familiar, ecoando o Iraque e a Líbia, onde a mudança de regime pavimentou o caminho para acesso à energia. A remoção de Maduro, condenada internacionalmente como um ato de agressão, confirmou o que ele havia alertado por anos: o petróleo da Venezuela o tornava um alvo. A fixação sem remorsos de Trump na extração de recursos expôs a intervenção pelo que era — uma apropriação de energia disfarçada de política de segurança.

Gaza Marine: O Futuro Roubado da Palestina

A experiência da Palestina segue a mesma lógica. Em 2000, o campo de gás Gaza Marine foi descoberto a aproximadamente 36 quilômetros da costa, contendo um estimado de um trilhão de pés cúbicos de gás natural. Embora modesto pelos padrões globais, o campo representa uma linha vital para a independência energética palestina. Localizado dentro das zonas marítimas palestinas sob a UNCLOS, Gaza Marine deveria ter transformado a economia de Gaza.

Em vez disso, o desenvolvimento foi estrangulado. Restrições israelenses, controle militar e a ocupação contínua impediram os palestinos de acessar seus próprios recursos. Defensores argumentam que o bloqueio de Israel e campanhas militares repetidas — apoiadas diplomaticamente e militarmente pelos Estados Unidos — servem não apenas a objetivos de segurança, mas econômicos: negar aos palestinos soberania sobre sua riqueza natural.

Desde a guerra de outubro de 2023, essas preocupações se intensificaram. Acusações aumentaram de que o deslocamento em massa em Gaza poderia facilitar a exploração israelense de Gaza Marine, integrando-o a redes energéticas regionais com apoio dos EUA. A emissão de licenças de exploração por Israel em águas adjacentes em 2023, combinada com um acordo de exportação de gás de US\$ 35 bilhões com o Egito, alimentou alegações de roubo deliberado de recursos. Ao longo desse processo, os EUA protegeram Israel diplomaticamente, vetando resoluções da ONU e priorizando a segurança energética na Baía do Levante sobre os direitos palestinos.

O paralelo com a Venezuela é inconfundível. Em ambos os casos, sanções, bloqueios e força impedem que populações locais se beneficiem de seus próprios recursos, enquanto potências externas se posicionam para lucrar.

A Lei Destruída

A intervenção dos EUA na Venezuela e as próprias declarações de Trump levantam graves consequências legais sob o direito internacional e doméstico.

Venezuela Sob Ocupação

Ao declarar abertamente que os EUA “administrariam” a Venezuela durante um período transitório, Trump estabeleceu as condições legais de ocupação. Sob o Artigo 42 das Regulações de Haia de 1907, a ocupação existe quando o território é colocado sob a autoridade de um exército hostil exercendo controle efetivo. A operação de 5 de janeiro de 2026 — combinando ataques militares com a remoção forçada do chefe de Estado da Venezuela — atende a essa definição, desencadeando obrigações sob as Convenções de Genebra.

O direito internacional é inequívoco: uma potência ocupante não pode explorar recursos naturais para seu próprio benefício. O Artigo 55 das Regulações de Haia limita o ocupante ao usufruto — administração temporária sem esgotamento de recursos não renováveis. O Artigo 33 da Quarta Convenção de Genebra proíbe explicitamente o saque, classificando tal exploração como crime de guerra sob o Estatuto de Roma. As promessas de Trump de que empresas petrolíferas dos EUA lucrariam com o petróleo da Venezuela, e que as receitas reembolsariam custos americanos, sinalizam clara intenção de violar essas proibições.

O Sequestro de um Chefe de Estado

A captura de Nicolás Maduro agrava essas violações. O direito internacional consuetudinário, afirmado pelo Tribunal Internacional de Justiça no caso *Mandado de Prisão* (2002), concede a chefes de Estado em exercício imunidade absoluta de jurisdição criminal estrangeira. Remover Maduro à força sem consentimento ou extradição viola o Artigo 2(4) da Carta da ONU, que proíbe o uso da força contra a soberania de um Estado. Especialistas jurídicos alertam que esse ato convida responsabilidade estatal, reparações e escrutínio sob o Tribunal Penal Internacional, enquanto estabelece um precedente que erode normas diplomáticas globalmente.

Lei dos EUA Ignorada

Domesticamente, a intervenção colide com a Resolução de Poderes de Guerra de 1973. O Presidente pode introduzir forças dos EUA em hostilidades apenas com autorização congressional ou em resposta a uma emergência nacional causada por um ataque aos Estados Unidos. A justificativa de Trump de “narco-terrorismo” não atende a esse padrão. Nenhum ataque armado iminente existia. A operação, portanto, constituiu uma iniciação ilegal de hostilidades, contornando o Congresso e ecoando controvérsias em torno de intervenções anteriores, como a Líbia em 2011.

Palestina e Venezuela: O Mesmo Crime, Nomes Diferentes

Essas violações espelham a exploração de longa data por Israel de recursos palestinos. Na Cisjordânia, Israel desvia cerca de 80% da água de aquíferos compartilhados para assentamentos e uso doméstico, restringindo severamente o acesso palestino — outra violação da lei de ocupação. Em Gaza, a obstrução de Israel ao controle palestino sobre gás natural, combinada com seu acordo de exportação de US\$ 35 bilhões com o Egito assinado em dezembro de 2025, consolida a dominação econômica enquanto os palestinos permanecem despossuídos.

Como na Venezuela, a ocupação persiste não meramente por segurança, mas por lucro.

Conclusão

A ligação de Maduro entre Venezuela e Palestina não foi exagero nem propaganda — foi diagnóstico. Ambas as sociedades, dotadas de valiosos combustíveis fósseis, foram punidas por afirmar soberania. Ambas enfrentaram bloqueios, sanções e força militar projetados para quebrar a resistência e facilitar a extração de recursos. Enquanto petróleo e gás sustentarem o poder global, a ganância imperial continuará a se disfarçar de intervenção humanitária.

A justiça exige mais do que retórica. Exige o fim das ocupações, a restauração da soberania sobre recursos e o confronto com o imperialismo energético que impulsiona o conflito moderno. Maduro pode ter sido silenciado, mas a verdade que ele articulou perdura — e assim perdura a luta compartilhada que ele nomeou.